

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO**

JACKELINE FERREIRA DO NASCIMENTO

**AS MULHERES NA CONFECCÃO: UMA ABORDAGEM
ACERCA DAS CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NO AGRESTE
PERNAMBUCANO**

**CARUARU
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO**

JACKELINE FERREIRA DO NASCIMENTO

**AS MULHERES NA CONFECÇÃO: UMA ABORDAGEM ACERCA
DAS CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NO AGRESTE
PERNAMBUCANO**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Administração.

Orientadora: Dra. Denise C. de Souza.

**CARUARU
2019**

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

N244m Nascimento, Jackeline Ferreira do.
As mulheres na confecção: uma abordagem acerca das configurações de gênero no Agreste pernambucano. / Jackeline Ferreira do Nascimento. – 2019.
37 f. : 30 cm.

Orientadora: Denise Clementino de Souza.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2019.
Inclui Referências.

1. Negócios. 2. Agreste (PE). 3. Mulheres. 4. Empresárias. 5. Vestuário. I. Souza, Denise Clementino de (Orientadora). II. Título.

CDD 658 (23. ed.)

UFPE (CAA 2019-138)

JACKELINE FERREIRA DO NASCIMENTO

AS MULHERES NA CONFECÇÃO: UMA ABORDAGEM ACERCA DAS
CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA

Caruaru, 15 de julho de 2019

Prof. Dr. Marconi Freitas da Costa
Coordenador do Curso de Administração
UFPE/CAA

Banca Examinadora:

Profa. Denise Clementino de Souza
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA
(Orientadora)

Prof. Marcio Gomes de Sá
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA
(Examinador)

Profa. Jessica Rani Ferreira de Sousa
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA
(Examinador)

RESUMO

O trabalho aborda mulheres gestoras frente a negócios de confecção no Agreste de Pernambuco, mais especificamente as mulheres proprietárias de fabricos. Tem por objetivo conhecer as dificuldades enfrentadas por tal público, assim como as especificidades das relações de gênero na região, a fim de contribuir para o debate do tema e para o aprimoramento da atividade em estudo. A metodologia utilizada é a qualitativa, apresentada por meio da análise de conteúdo temática. Foram entrevistadas dez (10) mulheres proprietárias de negócios na região do Agreste pernambucano. Foi possível identificar, entre outros pontos, a alta informalidade no Agreste de Pernambuco, a predominância de negócios familiares e do trabalho em domicílio, além da conquista das mulheres por seu espaço, apesar de ainda existirem desigualdades entre os gêneros.

Palavras-chave: Agreste pernambucano; Negócios; Confecção; Gênero; Mulheres.

ABSTRACT

The work addresses women managers in front of garment businesses in the Agreste of Pernambuco, more specifically women who own factories. The objective is to understand the difficulties faced by women who manage apparel businesses, as well as the specificities of gender relations in the region, in order to contribute to the discussion of the theme and to the improvement of the activity under study. The methodology used is qualitative, presented through the analysis of thematic content. Ten (10) female business owners were interviewed in the region Agreste of Pernambuco. It was possible to identify, among other points, the high informality in the Agreste of Pernambuco, the predominance of family businesses and work at home, besides the conquest of women for their space, although there are still inequalities between genders.

Keywords: Agreste from Pernambuco; Business; Confection; Genre; women.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
2.1	O SURGIMENTO DA CONFECÇÃO NO AGRESTE.....	09
2.2	A MULHER NO CONTEXTO GLOBAL.....	11
2.3	A MULHER NO CONTEXTO DO AGRESTE PERNAMBUCANO.....	14
3	METODOLOGIA.....	17
4	RESULTADOS.....	18
4.1	PERFIL DAS ENTREVISTADAS.....	18
4.2	TRAJETÓRIA NA CONFECÇÃO.....	19
4.3	INÍCIO NA CONFECÇÃO.....	21
4.4	A CRIAÇÃO DO PRÓPRIO NEGÓCIO.....	22
4.5	TRABALHO FAMILIAR.....	23
4.6	TRABALHO EM DOMICÍLIO.....	24
4.7	TERCEIRIZAÇÃO.....	24
4.8	VESTÍGIOS DA SOCIEDADE PATRIARCAL.....	25
4.9	DIFICULDADES ENFRENTADAS NA GESTÃO DOS FABRICOS....	25
4.10	DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES NA GESTÃO DE FABRICOS.....	27
4.11	CONSELHOS PARA UMA INICIANTE.....	28
4.12	AFAZERES DOMÉSTICOS.....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	35
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	37

1 INTRODUÇÃO

As relações de gênero tiveram, em todo o mundo, como base o patriarcado, que é um sistema social no qual o homem é colocado em uma posição hierárquica superior, fazendo com que às mulheres sejam atribuídas condições menos privilegiadas em diversos aspectos, inclusive quanto ao mercado de trabalho.

Entretanto, as evoluções em virtude do crescimento da presença feminina no ambiente laboral já vêm ocorrendo desde os anos 60, mas só nos anos 90 esse fenômeno passou a ser estudado, tornando-se uma das maiores mutações sociais do final do século XX (HIRATA, 2009). Essas mudanças são percebidas em diversas localidades no mundo, inclusive no Agreste de Pernambuco, que foi a área escolhida para realização do trabalho.

O Agreste pernambucano tem uma economia muito voltada para a confecção e, apesar de ser um aglomerado produtivo relativamente recente, está consolidado como o maior Polo de Confecções do Nordeste, destacando-se pela considerável capacidade de absorção de mão de obra (DIEESE, 2010).

Embora a maioria das cidades da região possuam uma economia que também envolve a indústria da confecção, a produção do Agreste está concentrada, basicamente, em três municípios do estado de Pernambuco: Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Entretanto, a região conta com 11 cidades, ao todo (BEZERRA, 2012).

A confecção na região teve início em virtude dos períodos de seca que obrigavam os moradores locais a buscar outras formas de sobrevivência. Uma das soluções encontradas nesses períodos era trazer restos de tecidos, chamados de helancas, da região Sul do país, para utilizar na produção no Agreste, surgindo, então, a conhecida “sulanca” (LIRA, 2006).

As mulheres tiveram um papel fundamental na criação da sulanca, visto que seu início está intimamente atrelado à confecção informal desenvolvida, majoritariamente, por mulheres que produziam em suas máquinas caseiras de costura, de acordo com Bezerra (2012). Ainda hoje o Polo de Confecções no Agreste de Pernambuco se destaca pela presença predominante de mulheres, que vêm ganhando seu espaço e representam mais da metade dos trabalhadores locais. Além disso, as mulheres estão, cada vez mais, ocupando cargos de empregadoras e não mais, exclusivamente, de empregadas (GOMES, 2004).

Entretanto, apesar de algumas mudanças relevantes que vêm acontecendo, ainda estão presentes vestígios de uma sociedade patriarcal nas atividades do polo, por exemplo, quanto às atividades domésticas que ainda continuam sendo desenvolvidas, quase que totalmente, por mulheres (BEZERRA, 2012).

Os estudos já realizados que retratam a realidade das mulheres na confecção do Agreste pernambucano são poucos, o que ressalta a relevância de tratar do tema, trazendo uma contribuição não só para as pessoas envolvidas nesse contexto, mas também para que haja uma maior diversidade de material com diferentes perspectivas em pesquisas futuras.

Dito isso, o trabalho tem o objetivo de analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres proprietárias e gestoras de fabricos no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, especialmente em virtude do gênero, buscando, também, entender os contornos da divisão sexual do trabalho na região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O surgimento da confecção no agreste

A economia no Agreste pernambucano era baseada na agricultura de subsistência, com o cultivo, principalmente, de algodão, couro e borracha. Os moradores da região se direcionavam aos grandes centros (Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) com a intenção de encontrar meios de sobrevivência, especialmente em períodos de seca (LINDÔSO, 2011).

O início das confecções no Agreste de Pernambuco está registrado entre os anos de 1940 e 1950, quando houve o surgimento da chamada “sulanca”, que recebeu esse nome em decorrência da helanca que era utilizada na produção que tinha como origem o Sul do Brasil (LIRA, 2006).

Apesar de ter tido início décadas antes, apenas em 1970 houve a consolidação da atividade de confecções na região, em decorrência da crise no cultivo do algodão, que ocorreu simultaneamente à falência da indústria do couro e da borracha. Diante da situação precária em que se encontrava, a população local passou a trazer das capitais já mencionadas retalhos de tecidos que se tornaram a principal fonte de renda da região (LINDÔSO, 2011)

Esses retalhos passaram a ser utilizados por costureiras, a princípio na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, para a produção de roupas, toalhas, lençóis e diversos produtos têxteis. Os produtos fabricados com os retalhos, eram vendidos em feiras locais (LIRA, 2006).

Inicialmente, os alvos desse comércio eram pessoas com baixo poder aquisitivo, visto que a produção local, por ter um baixo custo e, em decorrência disso, ser cobrado um menor valor pelas peças, acabava por atrair aqueles que não tinham condições financeiras para adquirir produtos a um preço muito alto (LIRA, 2006).

A sulanca ficou conhecida por ter peças de qualidade inferior e baixo custo, o que fez com que, inicialmente, a produção só servisse para o suprimento das necessidades das famílias locais (BEZERRA, 2012). Ainda hoje, a produção está mais direcionada às classes sociais com menor poder aquisitivo, ou seja, destinam-se às classes C, D e E, mas já existe uma parcela de produtos destinados à classe B (são produtos com maior valor agregado e menos derivados de produção imitativa) (LINDÔSO, 2011).

Com o passar dos anos esse comércio ganhou importância e, com o aumento da demanda, a produção passou a ser maior e mais diversificada, os retalhos passaram a ser comprados (e não mais doados) e houve o interesse pela produção por parte de cidades vizinhas, como foi o caso, principalmente, de Toritama e de Caruaru (LIRA, 2006).

O comércio têxtil nas feiras se intensificou e deu surgimento ao que hoje conhecemos como Polo de Confecções do Agreste pernambucano (PCAP), que é composto, sobretudo, por unidades produtivas denominadas fabricos e facções. Os fabricos são caracterizados por terem o funcionamento no local de moradia dos proprietários, já as facções são unidades produtivas contratadas pelas fábricas e fabricos para que realizem uma parte da produção (PEREIRA, 2015).

Os fabricos e facções podem ter dimensões diversas, a depender do tamanho, da quantidade de trabalhadores, do número de máquinas e da capacidade de produção. O que diferencia essas duas modalidades de produção é que os fabricos têm uma maior independência, enquanto as facções são dependentes de outras organizações (PEREIRA, 2015).

Essas unidades produtivas têm como marca histórica o trabalho em família, ou seja, são caracterizadas pelo trabalho informal e pela produção doméstica, o que resulta em uma mínima ocorrência de trabalhadores contratados e na exploração da mão de obra familiar e sem qualificação (PAIVA; SÁ; SOUZA, 2018).

O PCAP tem como tipo predominante de atividade a informal. De acordo com o SEBRAE (2013), em Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, que são as cidades do Agreste de Pernambuco com maior produção de confecção, 80% das unidades produtivas são informais e, levando em consideração só as facções, a informalidade é ainda maior, chegando a 93% a porcentagem de facções informais.

A informalidade é tratada por Lima e Soares (2002) como a ausência de regulação estatal, o que, de acordo com os autores, resulta em uma economia oculta/escondida, logo, por não ser registrada, não pode ser observada estatisticamente. Desde o surgimento do PCAP a informalidade está presente, existindo no início das confecções no Agreste a tradição de trabalho formal predominantemente em órgãos públicos.

Além disso, de acordo Lindoso (2011), até as ocupações formalizadas têm um aspecto flexível, pois são realizados contratos de trabalho com modalidades independentes, onde o trabalhador desenvolve a sua atividade de forma autônoma, ou seja, por conta própria.

Entretanto, atualmente, a informalidade na região é mais sistêmica e associada ao crescimento do setor. E, por ser uma área composta por fabricos e facções, em sua maioria, onde os membros da família desenvolvem todo o trabalho, a questão da formalidade e do assalariamento acabam ficando em segundo plano (PEREIRA, 2015).

Como visto, a formalidade é pouco presente na região, principalmente por grande parte dos empreendimentos localizados no Agreste de Pernambuco serem familiares, ou seja, a

maioria dos membros da família têm como fonte de subsistência aquele comércio e ajudam no andamento da produção, inclusive as mulheres, que passaram a ter um destaque considerável não apenas nas confecções em Pernambuco, mas em todo o mundo.

2.2 A mulher no contexto global

As relações de gênero foram estruturadas com base no patriarcado, que é uma construção social que direciona ao homem um poder sobre as mulheres, atribuindo ao sexo masculino uma autoridade maior e fazendo com que o gênero feminino seja desvalorizado. Ou seja, o patriarcado estabelece uma hierarquia de poder entre homens e mulheres, que faz com que as mulheres estejam sempre em posição menos privilegiada (BEZERRA, 2011, p. 25).

Desde os anos 60 já ocorriam evoluções quanto à presença feminina no ambiente laboral, mas só a partir dos anos 90 passou a ser estudado o espaço da mulher no mercado de trabalho e a divisão sexual que existia no ambiente de trabalho, por meio dessas pesquisas foram evidenciadas transformações que afetaram a atividade feminina. A feminização do mercado de trabalho foi uma das maiores mutações sociais ocorridas no final do século XX (HIRATA, 2009).

No período de 40 anos (do ano de 1960 ao ano 2000) o gênero feminino passou a ocupar quase metade do mundo do trabalho. Na França, por exemplo, as mulheres passaram de uma parcela de 34% da população ativa em 1960, para 46% em 1999. Além disso, comparando homens e mulheres franceses, no início dos anos 60, havia um total de 12,6 milhões de homens ativos e 6,7 milhões de mulheres ativas, já no ano de 1999 a diferença é reduzida drasticamente, havendo 14,2 milhões de homens ativos e 12,1 milhões de mulheres ativas. O mesmo fenômeno ocorreu em toda a Europa, onde as mulheres representavam apenas 30% da população ativa nos anos 60, passando a corresponder a 43% em 1990 (HIRATA, 2009).

Apesar de todas essas evoluções e embora as mulheres tenham, atualmente, um maior acesso à educação, ainda se encontram em desvantagem, quando comparadas aos homens em diversos aspectos, dentre eles: desemprego, acesso a novas tecnologias da informação e da comunicação, menor acesso ao crédito, menor acesso à terra, menor poder político, familiar e, em muitos países, até jurídico (não têm o direito de votar, de possuir terras e de herdar). Além disso, nos países onde as discriminações jurídicas não existem, a própria cultura, religião e costumes locais, levam o gênero feminino a uma posição de inferioridade (HIRATA, 2009).

O maior acesso à educação por parte das mulheres pode ser demonstrado inclusive pela maior participação do gênero feminino no mercado de trabalho, como é o caso da França, de acordo com Costa, Oliveira, Lima e Soares (2004, apud INSEE, 2003), em que 176.000 novos empregos foram ocupados por mulheres, enquanto, no mesmo período, houve a supressão de 90.000 empregos ocupados por homens.

No Brasil, os números apresentam essa mesma realidade, em menores proporções, visto que, enquanto o emprego feminino cresceu 1,3%, o masculino decresceu 0,5%. Entretanto, nos dois países o desemprego feminino é maior do que o masculino e a precariedade do trabalho feminino, quando comparado ao masculino, é bem maior (HIRATA, 2009).

A realidade evidenciada anteriormente, onde apesar das melhorias consideráveis pelas quais as mulheres vêm passando, não existe, de fato, um quadro favorável à igualdade de gêneros e ao fim da discriminação que torna o gênero feminino refém de um sistema voltado para o enaltecimento masculino, é reforçada por Hirata e Kergoat (2007, pp. 599-600), quando afirmam ao tratar da possibilidade de mudança quanto à divisão sexual do trabalho:

Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores (as). O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo. Portanto, esta análise deve tratar dessa distância, assim como das “condições”, pois, se é inegável que a condição feminina melhorou, pelo menos na sociedade francesa, a distância continua insuperável. Essa distinção entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância é que permitem desconstruir o paradoxo de que falávamos no início: tudo muda, mas nada muda.

É possível perceber que ainda tem muito o que ser discutido e evoluído. A situação do gênero feminino no desempenho de suas funções ainda é bem insatisfatória, principalmente quando comparada ao cenário masculino no mercado de trabalho.

As mulheres, em sua maioria, desempenham atividades no setor informal, de forma parcial e em postos precários de trabalho, são empregos marcados pela baixa remuneração, necessidade de um menor nível de qualificação e a ausência de direitos trabalhistas (PEREIRA, 2015).

A falta de mudanças efetivas na situação feminina frente ao mercado de trabalho decorre de uma forma modulada histórica e socialmente onde os homens são designados, prioritariamente, à esfera produtiva e com cargos de maior valor social, enquanto as mulheres

têm um histórico de atividade reprodutiva muito mais acentuado (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Acerca da atividade prioritariamente reprodutiva desenvolvida pelas mulheres, em outra obra sua, a autora Hirata (2009) trata do trabalho feminino, dividindo-o em: social e sexual. O trabalho sexual é também relacionado pela autora ao trabalho reprodutivo e doméstico, enquanto o trabalho social é abordado como sendo uma atividade essencialmente de produção e profissional.

De acordo com Hirata (2009), as mulheres pararam de abandonar a vida profissional após terem filhos, ou seja, houve o fim da descontinuidade das trajetórias profissionais das mulheres, tornando-se uma ruptura de padrões sociais anteriores.

O trabalho reprodutivo é aquele realizado gratuitamente pelas mulheres para o bem-estar de terceiros, sendo o desenvolvimento dessas atividades motivado pelo amor e pelo dever materno. Essa atribuição do trabalho doméstico quase que exclusivo às mulheres, apesar de ser entendido pelo gênero feminino como uma forma de opressão e desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continua sendo aceito, muitas vezes até pelas mais atentas no assunto (militantes feministas, políticas e sindicalistas, por exemplo) (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Essa é, de certa forma, uma injustiça aceita e incorporada à realidade feminina. É uma realidade histórica, mas não imutável. A sociedade está moldada em todos os detalhes, mesmo que inconscientemente, para fazer com que a mulher carregue consigo a responsabilidade de cuidar do lar e dos filhos quase que inteiramente sozinhas. Até as mais esclarecidas e inconformadas, como indicado anteriormente, muitas vezes, acabam não descobrindo outro meio que não seja aceitar a condição em que se encontram.

Além desse dever doméstico que grande parte das mulheres tem, uma parcela considerável procura por vagas no mercado de trabalho para ajudar no sustento familiar, situação que dificilmente ocorreria tempos atrás, quando as mulheres cuidavam da casa e dos filhos, enquanto os homens buscavam o sustento financeiro.

Mas essa não é a única versão de trabalho feminino encontrado na atualidade. As dificuldades no trabalho formal parecem levar as mulheres a atuarem por conta própria, deixando seus empregos e abrindo negócios próprios em uma velocidade cinco vezes maior do que os homens, e a gestão realizada por mulheres frente a pequenas empresas representa uma fonte de novos empregos e desenvolvimento econômico, o que tem despertado o interesse de vários países para o empreendedorismo feminino (GOMES, 2004). Ou seja, as mulheres estão

sendo inseridas no mercado de trabalho não só como empregadas, mas, muitas vezes, como empregadoras.

Foram registrados no Brasil, por exemplo, cerca de 4.876.141 empreendedores individuais até março de 2015 e, desse total, 46% é composto por mulheres, tendo aumentado em 4 pontos percentuais no período de 2011 a 2013, o que representa um significativo espaço ocupado pelas mulheres (PEREIRA, 2015).

O crescimento de empreendimentos administrados por mulheres e o sucesso desses negócios, de uma forma geral, são justificados por Gomes (2004) pela forma de liderança exercida pelas mulheres, que, segundo a autora, são, em sua maioria, mais sensíveis e mais preocupadas com as pessoas com as quais convivem, buscando motivar suas equipes, encorajar a participação e compartilhar informações e poder. Além disso, se destacam na liderança feminina o espírito de coletividade e as decisões tomadas em equipe, características decorrentes da facilidade de comunicação existente nas mulheres, de uma forma geral.

Entretanto, apesar de serem relevantes as mudanças pelas quais passaram as mulheres, elas não surtem grandes efeitos nas diferenças existentes entre os gêneros, no tocante a salários, condições de trabalhos e segregações (HIRATA, 2009). A realidade da mulher no Agreste pernambucano não é diferente, como será observado na seção a seguir.

2.3 A mulher no contexto do Agreste Pernambucano

As relações de gênero constituem os “contornos” da criação do Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco, visto que o nascimento da sulanca está fortemente ligada ao trabalho doméstico de mães de família que, durante algum tempo, estabeleceram padrões para a produção na sulanca (BEZERRA, 2012).

As confeccões na região, de acordo com Bezerra (2012), estão intimamente atreladas ao trabalho em domicílio que é, historicamente, em sua maioria, um trabalho feito pelo gênero feminino, principalmente porque é uma atividade que possibilita que as mulheres conciliem seus afazeres domésticos ao trabalho remunerado.

Esse entendimento é reforçado por Abreu e Sorj (1993), quando afirmam que o trabalho domiciliar apresenta desigualdades quanto às relações de gênero, visto que, para os autores, quando os homens realizam trabalho domiciliar, eles buscam uma valorização financeira, já as mulheres são levadas para esse tipo de atividade em decorrência da possibilidade de cumprir com as tarefas domésticas.

A maior facilidade para conciliar o trabalho doméstico e o trabalho remunerado é um dos fatores que explicam o alto número de mulheres ocupadas em unidades produtivas situadas em domicílios, que chega a ter uma ocupação feminina de 84,1% na cidade de Toritama. De uma forma geral (unidades localizadas tanto em domicílios quanto em outros locais), o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores do sexo feminino em confecções era equivalente a 55,1%, no ano de 2008 (DIEESE, 2010).

Das três principais cidades do Polo de Confecções do Agreste (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama), Caruaru possui a maior porcentagem de mulheres trabalhando nesse setor, chegando a 60,2%. Em Toritama os índices são quase iguais entre homens e mulheres, ficando apenas Santa Cruz do Capibaribe com um percentual maior de homens, chegando a 57% a porcentagem de homens trabalhando no ramo de confecções (DIEESE, 2010).

Apesar de ser maior a presença das mulheres em empreendimentos dessa natureza no Polo de Confecções, os homens vêm sendo inseridos nessa realidade, principalmente em atividades que antes eram ocupadas somente por mulheres, como o manuseio de máquinas de costura, e de acordo com Bezerra (2012), dizem não sofrer discriminação pelo desempenho dessas funções.

Bezerra (2012) faz ainda uma comparação entre gerações, alegando que os cargos ocupados pelos homens antigamente nas confecções do Agreste de Pernambuco eram de administradores dos fabricos, motoristas ou ligados ao comércio. Entretanto, as novas gerações têm atuado na costura, majoritariamente, e dizem ter aprendido a costurar com suas mães.

Como pode ser observado, a realidade do Polo de Confecções no Agreste de Pernambuco tem mudado bastante quanto às relações de gênero, mas ainda, de acordo com Bezerra (2012), se mantém inalterada quanto a alguns aspectos, dentre eles: a responsabilidade na realização de atividades domésticas e a diferença salarial existente entre homens e mulheres.

Ou seja, na maioria dos casos, as mulheres são incumbidas do dever de cuidar das tarefas no domicílio em que vivem com suas famílias. Quanto aos salários no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, eles representam o retrato da desigualdade ainda evidente no cotidiano da região, visto que a média dos salários das mulheres corresponde a 72,4% da média dos salários dos homens (DIEESE, 2010). Levando à conclusão de que a feminização da produção têxtil está associada à estratégia de conseguir trabalho através de uma mão de obra precária e desprotegida (LINDÔSO, 2011).

Sendo assim, a mera inserção das mulheres no mercado de trabalho, no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco, não significa que esteja havendo uma mudança no caráter patriarcal da sociedade, ao menos em princípio.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e usa o método explicativo-exploratório. Explicativo pela intenção de entender as dificuldades encontradas pelas mulheres que são proprietárias de negócios na confecção no Agreste de Pernambuco, ou seja, busca entender a realidade vivenciada por esse público. E exploratória, levando em consideração a escassez de material que retrate o tema.

Para sua concretização foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas compostas por perguntas relacionadas à trajetória de vida e ao trabalho desenvolvido por essas mulheres. A escolha das entrevistadas foi feita por conveniência, com aquelas que havia uma maior facilidade de acesso, em virtude de localização dos estabelecimentos ou familiaridade. Todas as entrevistadas são gestoras de negócios na confecção (mais especificamente de fabricos). Essas mulheres têm seus fabricos situados nas cidades de Caruaru, Agrestina e Cupira, sendo todas essas cidades do Agreste de Pernambuco, região delimitada como foco do estudo.

Como técnica de análise dos achados, foi utilizada a análise de conteúdo temática (BARDIN, 2000), que é uma técnica por meio da qual é possível fazer a identificação, análise e descrição de padrões ou temas, permitindo que os achados sejam apresentados e organizados de uma forma sintética, porém bastante rica.

4 RESULTADOS

4.1 Perfil das entrevistadas

Dentre as 10 mulheres proprietárias de negócio na confecção entrevistadas, cinco são da cidade de Cupira, três de Agrestina e duas de Caruaru. As entrevistadas têm idades que variam entre 35 e 67 anos. Quanto à idade dos fabricos, eles tiveram início entre uma e duas décadas atrás, mais ou menos. O mais antigo foi criado há 25 anos e o mais novo tem 9 anos. Sobre a escolaridade das entrevistadas, foi possível observar que das 10 mulheres que participaram da pesquisa, 9 não concluíram o ensino fundamental, e somente uma das gestoras iniciou o ensino superior (começou o curso de Administração), mas também não concluiu.

Todas as entrevistadas têm filhos que estão entre 3 e 50 anos. Aquelas que têm filhos ainda crianças (3), os deixam com a avó ou a empregada doméstica para trabalharem. Mas a maioria das entrevistadas têm filhos adultos que ajudam no fabrico, havendo também alguns que constituíram suas famílias e seguiram outros caminhos, diferentes da confecção.

Percebe-se a presença da informalidade na região. Três das proprietárias entrevistadas não possuem o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). As outras 7 disseram possuir CNPJ, e entre as gestoras que possuem CNPJ, 6 são Microempreendedoras Individuais (MEI), conforme pode ser observado na Tabela 1 a seguir:

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO NA CONFECCÃO	IDADE DOS FILHOS	DE ONDE SÃO AS GESTORAS	CNPJ (MEI)
Entrevistada 1	58 anos	Ensino Fundamental incompleto	15 anos	40, 38 e 34	Cupira/PE	Não
Entrevistada 2	44 anos	Ensino Superior incompleto	25 anos	7 e 3	Cupira/PE	Sim (MEI)
Entrevistada 3	Não quis falar	Ensino Fundamental incompleto	10 anos	13 e 9	Cupira/PE	Sim (MEI)
Entrevistada 4	51 anos	Ensino Fundamental incompleto	10 anos	25, 32 e 33	Cupira/PE	Não
Entrevistada 5	67 anos	Ensino Fundamental incompleto	19 anos	50, 49 e 45	Cupira/PE	Sim
Entrevistada 6	58 anos	Ensino Fundamental incompleto	18 anos	29, 26 e 21	Agrestina/PE	Sim (MEI)
Entrevistada 7	46 anos	Ensino Fundamental incompleto	12 anos	19 e 16	Agrestina/PE	Sim (MEI)
Entrevistada 8	35 anos	Ensino Fundamental incompleto	10 anos	16	Agrestina/PE	Sim (MEI)
Entrevistada 9	57 anos	Ensino Fundamental incompleto	15 anos	25 e 27	Caruaru/PE	Não
Entrevistada 10	38 anos	Ensino Fundamental incompleto	9 anos	5 e 8	Caruaru/PE	Sim (MEI)

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas

4.2 Trajetória na confecção

As entrevistadas, quando perguntadas sobre a trajetória na confecção, retrataram um início bastante difícil. Algumas delas já trabalhavam no ramo, mas não com fabricos: quatro delas tinham facções (ou seja, eram responsáveis por parte da produção de fábricas ou fabricos) e uma fazia peças de crochê para vender. Das que estavam em atividades estranhas à confecção, três trabalhavam anteriormente na agricultura (uma das que haviam trabalhado na agricultura também

teve facção), uma trabalhava no comércio, outra trabalhava com caminhão de terraplanagem e a última não teve nenhuma outra atividade remunerada antes do fabrico.

Muitas das mulheres que trabalhavam em outras atividades, já vinham passando por dificuldades financeiras nas funções que desempenhavam antes da criação dos fabricos, e encontraram nessa atividade uma saída para sobreviver. Entretanto, relataram em seus depoimentos a dificuldade para se estabelecer no setor. Uma das entrevistadas, ao responder a essa pergunta, contou como foi o seu início na confecção, como sofreu devido à falta de experiência na atividade e à falta de recursos financeiros para que fosse feito o investimento necessário no fabrico, e retratou bem o que foi dito por muitas outras:

Foi muito difícil porque a gente não tinha uma experiência de nada. Cortávamos todas as peças à mão. Cortava o tecido no chão, que não tinha uma mesa também. E a gente riscava todo o molde à mão, e cortava à mão também, com uma tesourinha comum. Isso a gente passou quase um ano desse jeito. Depois foi que eu fui passando a adquirir clientes, então tive que aumentar. Eu já tava bem conhecida já, assim no pouquinho que eu tinha, mas as pessoas já gostavam do que eu fazia, então daí a gente começou a comprar máquina de corte, e aí eu já fui montando uma mesinha que era até a mesinha de casa, uma mesinha de 6 cadeiras, que era mais cumprida, aí colocava o tecido em cima e cortava, e assim foi. (Entrevistada 2)

Os inícios dolorosos foram relatados muitas vezes, durante quase todas as entrevistas, podendo ser percebido também na fala de uma senhora de 67 anos, que relatou com orgulho a sua trajetória de superação:

Na época, eu tava dizendo ao meu esposo, foi tão difícil, a primeira máquina que eu comprei, eu comprei por 110 reais, pra pagar com 15 dias. Paguei porque não tinha o que vender pra iniciar um comércio assim. Aí depois eu passei um ano trabalhando com uma máquina de bater elástico que era da minha irmã. Ela batia os panos dela de dia, e a noite ela cedia e meu esposo ia com minha filha, e passava a noite eles trabalhando, que eu não tinha coragem de comprar máquina fiado. Mas a feira muito boa e trabalhando todo mundo, e a gente foi aumentando, depois eu comprei uma máquina, e dessa máquina hoje a gente tem 26 máquinas desse mesmo porte que eu trabalhava com a máquina emprestada. (Entrevistada 5)

Apesar de relatarem todas essas dificuldades para dar início a um fabrico, todas elas falaram que ter fabrico exige uma dedicação muito grande e é extremamente cansativo, entretanto a maioria dessas gestoras ao contarem suas histórias, demonstraram orgulho de toda a trajetória que percorreram e de tudo o que alcançaram.

4.3 O início na confecção

As respostas para o motivo de terem começado a trabalhar com confecção variaram entre: atividades em que atuavam anteriormente em decadência, família já estruturada na confecção, amor à confecção e a necessidade de encontrar um meio de sobrevivência.

De um modo geral, quando perguntadas sobre o motivo de terem dado início aos trabalhos na confecção, grande parte dessas mulheres demonstrou uma insatisfação com as atividades desempenhadas anteriormente, sendo quatro das mulheres insatisfeitas com sua atividade inicial em facções.

As facções, de acordo com essas mulheres, limitam muito as condições de vida daqueles que fazem delas sua fonte de renda. A criação do seu próprio fabrico foi indicada por uma das entrevistadas como muito bom, pois embora trabalhe um pouco mais, há um aumento da renda, além de uma maior independência, visto que você dita suas próprias regras, como foi citado:

Como eu trabalhava com facção, então eu recebia por produção, né? Aí trabalhando pra mim, a gente trabalha mais quando é pra gente, porém também entra uma 'coisinha' a mais, né? A gente também fica independente, não tem hora assim pra sair, não tem hora pra voltar, tem responsabilidade própria. (Entrevistada 8)

Outro fator indicado como determinante para dar início às confecções foi o histórico familiar, ou seja, mulheres que tinham em sua família outras pessoas trabalhando no ramo, viram na confecção uma possibilidade para alcançar o sustento financeiro que precisavam, como foi o caso de um dos depoimentos, em que foi falado:

Como eu falei, né? Por causa que eu vim de São Paulo, eu fiquei 13 anos em São Paulo, aí a gente veio embora pra aqui. Aí chegou aqui, meus irmãos tudo tinha fabrico, aí a gente entrou no mesmo ramo deles, porque, realmente, quando tem uma família que tem, né? Aí os outros são todos do mesmo ramo. Aí porque a minha família trabalha tudo com isso, aí eu entrei e, graças a Deus, deu certo, tô até hoje. (Entrevistada 6)

Além desses elementos, a queda da agricultura e o amor pela confecção também foram citados. A entrevistada 10 disse ter sido sempre encantada pelo mundo da costura, e alegou que desde bem jovem despertou o interesse pela produção têxtil, pois tinha como influência sua mãe, que era costureira e buscou repassar a prática para os filhos.

4.4 A criação do próprio negócio

Em complemento à pergunta anterior, que questionava os motivos de ter começado a trabalhar com confecção, foi perguntado o que levou essas mulheres a criarem seu próprio negócio, a maioria das respostas se relacionavam à justificativa para terem entrado no ramo de confecções.

Como já foram citadas, as motivações variavam entre: dificuldades nas atividades desenvolvidas anteriormente, influência da família, necessidade de encontrar um meio de sustento financeiro e o amor pela confecção. Mas de todas essas, a necessidade de conseguir uma fonte de renda ficou mais evidente nesse quesito.

A confecção é vista por muitas dessas mulheres como a única oportunidade para conseguir o sustento financeiro da família e também um meio sobreviver em um mercado competitivo, que busca cada vez mais pessoas qualificadas.

A entrevistada 9 vivia da agricultura, plantava milho, feijão e algumas frutas para alimentar a sua família e também para vender nas feiras das cidades vizinhas, mas passou a sofrer com a escassez de chuva e diversas outras dificuldades que a agricultura apresentava, pois segundo a gestora, além de pouca, era uma renda muito incerta. Por isso surgiu a necessidade de buscar outras formas de conseguir o sustento financeiro da família, e o fabrico foi como uma “luz no fim do túnel”, nas palavras da entrevistada.

Essa necessidade pela qual muitas dessas mulheres que participaram da pesquisa passaram, fez com que a educação fosse tratada como fundamental em algumas das entrevistas. Observando a escolaridade das gestoras, foi constatado que somente uma delas chegou ao ensino superior (mas não conseguiu concluí-lo), as outras chegaram, no máximo, até o ensino fundamental, o que justifica o valor que é atribuído ao estudo por essas mulheres. Em seu depoimento, a entrevistada 3 disse, enquanto trabalhava durante uma tarde de sábado: “eu tô aqui pegada fazendo uma mercadoria pra entregar de noite. Vê, isso é vida? É não, isso é vida não. A melhor coisa que vocês fazem é estudar... Estudar”.

Outro depoimento relevante quanto à importância de estudar foi o seguinte:

O que levou, não só eu mas toda a minha família, é que a gente veio de um sítio de Agrestina, Água Branca, e nós viemos pra cá em Janeiro de 81, e na minha família não tem ninguém que tenha estudado. Quem não estudou, minha querida, não pode pensar em emprego, porque hoje eu digo assim: o presidente da república pode ser meu amigo do jeito que ele for, ele não pode me dar um cargo

de confiança, um emprego de ganhar 10 mil reais por mês porque eu não tenho conhecimento. (...) então o que levou a gente, tanto eu, quanto meus irmãos que também trabalham com comércio, é a necessidade. Quem não estudou, ele tem que levantar-se sozinho. (Entrevistada 5)

Algumas das entrevistadas também já haviam trabalhado para outras pessoas e afirmaram ser melhor ter seu próprio negócio, porque você trabalha para si mesmo, e não está sujeito a ordens de terceiros, como foi o caso da entrevistada 7, que antes trabalhava no comércio, e afirmou que ter um trabalho em que ela é a maior responsável por tudo, é mais gratificante.

4.5 Trabalho familiar

Quanto à presença familiar, os fabricos com os quais foram feitas as entrevistas têm, hoje, uma quantidade de funcionários que varia entre 4 e 15 pessoas, e em quase todos há familiares trabalhando. Somente uma das entrevistadas afirmou não ter nenhum familiar atuando com ela em seu fabrico. Algumas dessas mulheres têm a ajuda somente do marido, entre os familiares, mas uma parte considerável trabalha com toda a família (marido, filhos e, muitas vezes, sobrinhos e outros parentes).

A presença familiar tão recorrente na prática, evidencia a atividade informal da região, marcada por empreendimentos compostos, quase que totalmente, pelos membros da família. Além disso, a presença de profissionais com carteira de trabalho assinada é mínima, o que confirma a teoria apresentada no início do trabalho, onde a maioria do setor de confecções do Agreste de Pernambuco é formada por negócios informais e familiares.

Houve uma certa resistência por parte de algumas das entrevistadas para responderem a quantidade de funcionários com carteira assinada, pois tinham medo, embora fosse explicado a todo momento que o objetivo do trabalho era exclusivamente acadêmico, e não traria qualquer consequência à atividade. No fim, foi constatado que apenas um dos fabricos analisados afirmou ter todos os funcionários devidamente registrados. Nos outros fabricos, apenas alguns dos funcionários tinham carteira de trabalho assinada, ou nenhum.

4.6 Trabalho em domicílio

Sobre o trabalho em domicílio, que foi indicado no início da pesquisa como prioridade para as mulheres, por possibilitar que haja uma conciliação entre as atividades domésticas e o trabalho

remunerado, ficou evidenciado com as entrevistas que há um percentual bem alto de fabricos situados nos domicílios. Das dez entrevistadas, cinco estabeleceram os fabricos em suas residências, e entre as cinco que não tinham o fabrico no mesmo local de morada, três moram muito próximo ao fabrico, o que também possibilita essa conciliação dos afazeres.

Apesar de serem somente produtos da confecção, há uma diversidade muito grande nas produções das entrevistadas. No primeiro fabrico a produção é de blusas de tricoline e vestidos infantis. O segundo fabrico e o nono produzem lingerie e roupas femininas para dormir (*baby doll* e camisola). O terceiro fabrico é direcionado à produção somente de fardamentos. Os fabricos cinco, seis e sete, no geral, têm uma produção parecida, que é de capa de sofá, capa de colchão, cortinas, havendo diferenças apenas em detalhes nas peças (um dos fabricos tem peças bordadas, por exemplo), além disso o fabrico cinco também produz colchas e o fabrico seis faz lençóis, além do que já foi dito. A entrevistada oito fabrica roupas femininas (vestidos, saias, blusas e macaquitos). Por fim, a dez tem uma produção voltada para o público masculino, fabricando calças e camisas sociais.

A variedade de produtos encontrados nas entrevistas evidencia a capacidade produtiva do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, a diversidade da confecção na região, e a força que tem essa indústria para gerar empregos, não ficando restrita só aos fabricos, visto que há também a confecção nas fábricas, facções e até costureiras que têm sua produção individual.

4.7 Terceirização

Os próprios fabricos geram empregos para pessoas alheias ao seu empreendimento, como é o caso dos produtos que são feitos de forma terceirizada, que foi uma das perguntas realizadas nesta parte da entrevista, com a intenção de saber quantas dessas mulheres terceirizavam. Cinco, das dez entrevistadas, afirmaram que recorrem à terceirização.

Algumas dessas mulheres terceirizam parte das peças como, por exemplo, a entrevistada três, que produz fardamento, e disse que não tem as máquinas para fazer as golas das fardas, então manda para uma facção, as blusas sem as golas para que lá sejam feitas.

Outros fabricos terceirizam alguma etapa produtiva, como a entrevistada seis, que afirmou que a capa de sofá é produzida em uma facção da cidade vizinha. E há, também, aqueles onde parte da produção é feita de forma terceirizada, como a entrevistada sete, que apesar de ter um fabrico,

afirmou que uma pequena parcela da produção é feita em seu fabrico, pois, segundo ela, é mais fácil administrar quando é feita a terceirização, visto que as peças já chegam prontas e não há tantos problemas como quando a produção fica toda sob a sua responsabilidade.

4.8 Vestígios da sociedade patriarcal

A sociedade patriarcal retratada no início do trabalho, onde os homens saem para trabalhar, em busca do sustento financeiro da sua família, enquanto as mulheres ficam em casa, cuidando dos filhos e realizando as atividades domésticas, embora ainda deixe vestígios, vem sendo mudada aos poucos.

Das dez mulheres entrevistadas, sete afirmaram que dividem as despesas com seus maridos. As outras três, apesar de casadas, são as únicas responsáveis pelo sustento da família. Além disso, uma das que afirmaram que o marido também é responsável financeiramente pela família, disse que o marido não possui emprego fixo, então ele não consegue ajudar tanto com as despesas da casa, sendo ela a maior responsável.

4.9 Dificuldades enfrentadas na gestão dos fabricos

Acerca das dificuldades encontradas por essas mulheres na gestão de seus fabricos, não houve nenhum padrão nas respostas, visto que quase todas entrevistadas encontraram barreiras diferentes em seus negócios.

A primeira entrevistada citou a força física. Disse que a maior barreira que encontra é que, por não ter um homem para dar suporte, ela precisa levantar muito peso, porque tem que pegar os sacos de mercadorias que serão levados às feiras para colocar no carro.

Na segunda entrevista, foi indicada a falta de tempo como um fator que complica muito o desenvolvimento de suas tarefas. Segundo ela, o tempo é uma grande dificuldade porque é necessário conciliar as atividades domésticas, cuidar dos filhos e administrar o fabrico.

A entrevistada 3 disse que são muitas as dificuldades que precisam ser enfrentadas para conseguir manter o fabrico. Afirmou, ainda, que em qualquer negócio, não só nos fabricos, existem muitas dificuldades, mas é preciso ser forte, pois, em suas palavras, se o gestor for fraco, ele acaba desistindo do seu empreendimento.

O quarto depoimento teve um pouco de conformidade com o anterior, uma vez que a entrevistada disse que há dificuldades do começo ao fim, pois o fabrico é uma luta diária, em suas palavras. Tem muitos altos e baixos, feiras boas e feiras ruins, então o gestor precisa ter um bom planejamento.

O preconceito também foi um dos impasses apresentados. Na quinta entrevista, a gestora disse que as mulheres sofrem discriminação em tudo que se propõem a fazer. Afirmou que a sociedade, de uma forma geral, não admite quando os negócios estão prosperando sob a condução de uma mulher, mas quando está tudo desmoronando, as pessoas sempre apontam a mulher como o motivo.

A entrevistada seguinte disse que são muitas as dificuldades, mas, para ela, o maior problema são os fornecedores quando atrasam, a gestora disse que fica muito preocupada quando percebe que está sem material para continuar confeccionando, especialmente quando a feira está se aproximando e ainda tem muitas tarefas para fazer, mas os fornecedores não cumpriram com suas responsabilidades.

No depoimento da sétima entrevistada, foi dito que a mulher tem muito mais responsabilidades. Segundo ela, as mulheres têm mais problemas, frequentam mais médicos e têm outros muitos fatores que fazem com que não haja uma dedicação total ao negócio, por isso também as mulheres faltam mais ao trabalho, de acordo com a entrevistada.

A oitava entrevistada disse que a única barreira que ela encontra é a financeira, pois se tivesse mais dinheiro conseguiria manter um estoque bem maior e não precisaria estar fazendo tanto esforço toda semana. Afirmou também que não se sente em desvantagem em nenhum aspecto em relação aos homens e que consegue fazer tudo, inclusive descarregar/carregar carros de mercadoria.

Na penúltima entrevista também foi indicada a força física como um fator que prejudica as mulheres no ambiente de trabalho, quando se tem um fabrico, pois surge uma certa dependência de mão de obra masculina, visto que as mulheres precisam fazer um esforço muito maior para fazer a locomoção das mercadorias.

E, por fim, a última entrevistada indicou a sensibilidade da mulher como uma barreira na administração do fabrico. De acordo com ela, as mulheres absorvem mais os problemas, inclusive dos funcionários e de outras pessoas, se preocupam mais com o que ocorre ao redor, com a forma

como tudo está acontecendo e acabam levando desvantagem em relação aos homens, que são mais práticos.

4.10 Diferenças entre homens e mulheres na gestão de fabricos

Quando perguntada sobre as diferenças que homens e mulheres sofrem quando estão administrando seus negócios, a primeira mulher respondeu que além dos homens serem mais fortes, as pessoas fazem muitas piadas do tipo “mulher só tem força na boca”, como forma de menosprezar a atividade feminina no mercado de trabalho.

As entrevistadas 5 e 9 também citaram a questão do preconceito sofrido pelas mulheres, segundo elas as pessoas não acreditam no potencial de uma mulher que está na gestão do seu empreendimento. Além disso, a entrevistada 5 indicou também como diferença a questão da sensibilidade feminina, ela disse que fica muito abalada quando os problemas surgem, enquanto seu marido e seus filhos lidam de forma natural e conseguem superar rapidamente.

A entrevistada sete reforçou o que disse na resposta anterior, ressaltando as dificuldades que uma mulher tem no dia a dia e, de acordo com ela, o homem não tem muitas dessas preocupações (ir ao médico, cuidar das crianças...), que são fatores que dificultam a vida profissional, uma vez que constantemente as mulheres precisam ausentar-se da empresa para conseguir realizar esses afazeres.

Mas essas não foram as respostas predominantes. Muitas dessas mulheres responderam que não percebem nenhum tipo de diferença entre homens e mulheres, e que conseguem desempenhar suas funções como qualquer outra pessoa, e houve ainda entrevistadas que falaram que as mulheres levam vantagem em relação aos homens.

Das dez entrevistadas, quatro disseram não existir qualquer tipo de diferenciação entre homens e mulheres na gestão de seus negócios na região. Além disso, as entrevistadas 2 e 3 ressaltaram que as mulheres têm maior facilidade para administrar. A entrevistada 2 disse que o gênero feminino, por natureza, é mais determinado, e afirmou ainda que os homens são bem mais dependentes das mulheres. Por fim, a entrevistada 3 afirmou que as mulheres levam mais jeito para conduzir fabricos.

4.11 Conselhos para uma iniciante

Também foi perguntado um conselho que as gestoras dariam a uma mulher que estivesse iniciando seu fabrico, e os conselhos se dividiram, basicamente, em dois grupos: aquelas que aconselhariam a não iniciar e aquelas que aconselhariam a nunca desistir. São duas formas opostas de avaliar a situação.

Três das entrevistadas responderam, com convicção, que não é uma boa ideia iniciar um fabrico. A primeira entrevistada disse que nas condições de hoje, não aconselharia ninguém a ter um fabrico. A entrevistada 3 disse que diria para essa mulher desistir, porque é muito cansativo, e aconselharia ela a ir estudar. E a entrevistada 9 disse que aconselharia essa mulher a fazer uma coisa menos trabalhosa, pois está muito difícil sobreviver nesse ramo.

Apesar disso, a maior parte das entrevistadas (sete das dez entrevistadas) responderam, sem hesitar, e quase com as mesmas palavras, que desejariam força e determinação, para que ela nunca desistisse do seu negócio e que lutasse por ele até dar certo, sem ter medo.

4.12 Afazeres domésticos

Sobre a responsabilidade nas atividades domésticas, quatro entrevistadas responderam que são responsáveis por todas as atividades, do fabrico e da residência. As outras seis mulheres afirmaram que têm domésticas nas residências e elas ficam responsáveis somente pelas atividades do fabrico.

Dessas mulheres que têm a ajuda de outras pessoas nas atividades domésticas, duas responderam que não conseguiriam de forma alguma conciliar as duas ocupações. A entrevistada 3 disse que tem que escolher, o fabrico ou a casa, porque ela não consegue fazer os dois, por serem muitos os afazeres.

A entrevistada 5 deu seu depoimento no mesmo sentido, afirmando:

O único que fez tudo foi Deus, mas aqui na terra não tem como você dar conta de um guarda-roupa arrumado, como você dar conta de um almoço bem feito e dar conta das duplicatas pagas, dar conta dos funcionários trabalhando, dar conta das entregas, dar conta da mercadoria cortada por cor, separada, não deixar faltar linha, não deixar faltar encargo. Você não tem tudo.

Foi percebido que das quatro entrevistadas que afirmaram realizar todas as atividades, do fabrico e da casa, três têm o fabrico localizado na sua própria casa, e a única que não mora no

mesmo local do fabrico, mora em frente ao fabrico, ou seja, consegue ir em casa sempre que precisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres gestoras de fabricos no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco, especialmente em virtude do gênero, buscando, também, entender os contornos da divisão sexual do trabalho na região

Com esse intuito, a pesquisa foi iniciada apresentando pontos relevantes da literatura em diversos autores que se propuseram a tratar de temas como a informalidade na confecção no Agreste de Pernambuco, as relações de gênero na região e o trabalho em domicílio, por exemplo. Em seguida, realizou-se uma entrevista, por meio da qual foi possível entender a realidade vivenciada pelo público em estudo. A partir do confronto da entrevista com a literatura apresentada inicialmente, foram encontrados alguns pontos que serão apresentados a seguir.

Quanto ao perfil das entrevistadas, embora de acordo com Hirata (2009), as mulheres tenham mais acesso à educação do que os homens, foi percebido que ainda é muito baixo o nível de escolaridade no setor estudado, visto que quase todas as gestoras não chegaram a concluir o ensino fundamental. Mas os dados encontrados confirmam os achados de outros estudos, como Bezerra (2011), por exemplo, que afirmou que, como as relações na região são fundadas no patriarcado, as mulheres têm suas atividades desvalorizadas, por serem consideradas inferiores aos homens, sendo esse o perfil feminino na confecção no Agreste de Pernambuco.

Outro ponto percebido foi que, ainda de acordo com Hirata (2009), as mulheres pararam de abandonar a vida profissional após terem filhos e, de fato, todas as entrevistadas têm filhos e continuam exercendo suas funções, mesmo as que têm filhos bem pequenos. Embora algumas delas tenham filhos jovens e adultos, mas já são proprietárias de fabricos há muitos anos, desde que seus filhos ainda eram crianças.

Em seguida, foram relatadas as trajetórias profissionais das mulheres entrevistadas, e ficou evidente o orgulho que essas pessoas sentem por estarem conseguindo desempenhar suas funções, especialmente por serem donas de seus próprios negócios e por todas as barreiras que conseguiram ultrapassar para alcançar a posição que ocupam hoje.

É relevante ressaltar que as histórias de superação retratam bem a força do gênero feminino e o espaço que vem conquistando, como foi relatado por Hirata (2009), quando, ao tratar das transformações ocorridas no mercado de trabalho, indica que a feminização foi uma das maiores mutações sociais ocorridas no final do século XX no ambiente laboral.

Os fabricos de propriedade das mulheres com as quais foram realizadas as entrevistas têm, de forma geral, grande participação dos familiares, sejam filhos(as), sobrinhos(as), irmãos ou esposos. Confirmando o que foi dito por Paiva, Sá e Souza (2018) quanto à marca histórica da região ser o trabalho familiar, levando a um outro ponto também trabalhado com profundidade na pesquisa: a informalidade.

A presença da informalidade na região ficou devidamente comprovada pelo alto número de fabricos com os funcionários trabalhando sem o devido registro na carteira de trabalho, como já era previsto nas pesquisas realizadas pelos autores, como por exemplo Lima e Soares (2002) que afirmam que o PCAP é marcado pela informalidade desde o seu início.

A relação existente entre a presença de familiares nesses negócios e o alto número de trabalhadores sem o devido registro, foi citado por Paiva, Sá e Souza (2018), quando afirmaram que a informalidade, entre outros fatores, resulta da exploração da mão de obra familiar, que leva à mínima ocorrência de trabalhadores contratados. Esse entendimento foi reforçado por Pereira (2015), quando afirmou que, como a família é responsável pelo trabalho, a questão da formalidade e do assalariamento acabam ficando em segundo plano.

Em seguida, foi retratado o trabalho em domicílio, sendo constatado que grande parte dos fabricos são localizados no mesmo local da residência das gestoras. Além disso, com relação às gestoras que não têm seus fabricos localizados em suas casas, quase todas moram muito próximas ao seu negócio, possibilitando que haja a conciliação dos afazeres domésticos com a atividade produtiva.

Como dito por Bezerra (2012), o trabalho em domicílio é uma atividade predominantemente feminina porque há maior facilidade para conseguir realizar a atividade financeira, sem abandonar as atividades domésticas. Essa afirmativa justifica o alto número de unidades produtivas em ambientes domiciliares, como foi confirmado com a amostragem utilizada no trabalho.

Apesar da constatação anterior, foi possível perceber, entre as entrevistadas, que não foi grande o número de mulheres que realizam as atividades domésticas em suas residências. Menos da metade das gestoras afirmaram que são responsáveis pelos fabricos e também pelos afazeres domésticos. As outras entrevistadas contam com a ajuda de diaristas ou empregadas domésticas.

Além disso, foi percebido também que está havendo, de fato, a diminuição do caráter

patriarcal na sociedade atual. As mulheres, que eram, historicamente, reconhecidas por ficarem realizando os afazeres domésticos, enquanto os maridos saíam para trabalhar e trazer o sustento financeiro para a família, hoje, além de serem facilmente encontradas em grandes cargos e funções, também são, em muitos casos, as responsáveis financeiramente por suas residências e famílias.

As dez entrevistadas são casadas, mas das dez, apenas sete afirmaram dividir as despesas do dia a dia com seus maridos. Ou seja, três entrevistadas responderam que são as únicas responsáveis pelo sustento de suas unidades familiares, o que reafirma que o patriarcado, apesar de ainda existir, está se tornando menos frequente.

A diminuição do caráter patriarcal da sociedade e da “hierarquia” existente entre gêneros também foi percebido quando perguntado na entrevista sobre as diferenças entre homens e mulheres na gestão de seus negócios, visto que grande parte das entrevistadas afirmou que não percebem qualquer tipo de diferença, e houve, ainda, as que responderam que as mulheres têm privilégios em relação aos homens. Ou seja, as diferenças indicadas por Hirata (2009), que colocavam as mulheres em situação de desvantagem, como o menor acesso a tecnologias, menor acesso ao crédito e menor poder familiar, por exemplo, no geral não foram percebidas pelas gestoras entrevistadas ou, pelo menos, não foram citadas.

Quanto às barreiras encontradas pelas mulheres na administração de seus negócios, a sensibilidade feminina foi indicada algumas vezes como um problema. Algumas das gestoras afirmaram se sentir muito afetadas quando passam por dificuldades nos negócios, na vida pessoal ou com os funcionários. Entretanto, Gomes (2004) afirmou justamente o inverso, em seus estudos a autora identificou que o fato das mulheres serem mais sensíveis, tem gerado o crescimento dos empreendimentos administrados por pessoas do gênero feminino. Pois, em virtude da maior sensibilidade, as mulheres exercem um estilo de liderança onde há preocupação com a equipe, gerando uma gestão mais motivadora e participativa para os funcionários.

Não há como indicar se as mulheres, ao entenderem a sensibilidade como um problema, não conseguem perceber que a capacidade de sentir a dor do outro e internalizar as dificuldades que as rodeiam, fazem delas melhores gestoras ou se a interpretação da autora não se aplica ao contexto em que as entrevistadas atuam.

Apesar de, nesse aspecto, não ter havido uma conformidade, Gomes (2004), ao tratar do

estilo de liderança feminino, afirmou que as mulheres conseguem motivar, encorajar a participação e compartilhar informações com maior facilidade. Essas características puderam ser percebidas rapidamente ao analisar a resposta para a pergunta 10 do questionário, que procurava saber o conselho que aquelas gestoras dariam para uma mulher que estivesse iniciando um fabrico, visto que a maioria demonstrou muito apoio à iniciante, sendo muitas as palavras de força e encorajamento.

Esses foram, de forma geral, os “achados” da pesquisa. Foram tratados diversos aspectos que delimitam a atuação das mulheres que se propõem a atuar na confecção no interior de Pernambuco, mais especificamente na região Agreste. Foi possível retratar as nuances dessa atuação, as especificidades das relações de gênero na região e a evolução que vem ocorrendo quanto às desigualdades de gênero.

Como foi percebida a alta informalidade na região, essa é uma das sugestões encontradas para os fabricos que participaram da pesquisa e para tantas outros que se encontram na mesma situação. A informalidade é um aspecto que deveria ser repensado naqueles negócios que possuem condições para investir na formalização, pois, apesar de ser bastante comum, pode trazer grandes prejuízos para a empresa, como multas, processos trabalhistas e outros tantos problemas que acabam sendo desencadeados em virtude da falta de regulamentação adequada.

Apesar disso, existe uma outra versão da história. Como a situação do Agreste pernambucano é bem particular, não há como afirmar que a formalização seria a solução adequada em todos os casos. Alguns negócios funcionam bem da forma como foram estruturados, e deve ser feita uma análise mais aprofundada acerca dos impactos que traria essa regulamentação.

Para as gestoras, de uma forma geral, levando em consideração a baixa escolaridade e as recorrentes demonstrações de interesse pelos estudos e pela educação, fica o incentivo para que, assim como insistiram em seus fabricos, não desistam de estudar e buscar especializações, tendo em vista que são conhecimentos que podem, inclusive, melhorar os estabelecimentos por elas administrados.

Outro ponto que pode ser repensado pelas gestoras é a forma como é vista a sensibilidade, que foi evidenciada algumas vezes como uma grande barreira na administração dos fabricos, considerando que talvez seja a forma de trata-la que faz dela um problema, visto que os estudos demonstram que essa forma sensível de lidar com pessoas e situações é, comprovadamente,

benéfico para as organizações, pois motiva os funcionários e colabora para uma gestão participativa.

Como sugestões de pesquisas futuras, há alguns temas relevantes que, apesar de relacionados ao objeto de estudos deste trabalho, não foram aprofundados nessa pesquisa, como: os estilos de gestão feminina (especialmente no Agreste de Pernambuco), os desafios na gestão de empresas familiares, e a inserção das mulheres da região no mercado de trabalho.

Por fim, é importante destacar que o trabalho desenvolvido com essas gestoras foi de importância fundamental não só para a conclusão da graduação, mas também para a minha formação, enquanto mulher e futura administradora. É muito encorajador ver mulheres desempenhando tão bem funções de liderança e mostrando que tudo é possível para aquele que busca e persiste em seus objetivos.

O contato com a realidade da região desperta a empatia e o orgulho que a simples vivência em sala de aula seriam incapazes de provocar. A universidade vai muito além de aulas teóricas sobre a gestão de grandes empresas, e pode estar presente em ambientes diversos, inclusive em confecções do Agreste de Pernambuco administradas por mulheres.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva e SORJ, Bila (orgs). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.

BEZERRA, Elaine Maurício. **E os agrestes se unem : relação de trabalho e gênero no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco e no Cariri paraibano**. Terezina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

BEZERRA, Elaine Maurício. **O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri paraibano junto ao Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; SOARES, Vera. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DIEESE. **Relatório Final: Diagnóstico do Setor Têxtil e de Confeções de Caruaru e Região**. Recife: Observatório do Trabalho do Estado de Pernambuco, 2010.

GOMES, Almiralva Ferraz. **O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de Vitória da Conquista-BA**. Bahia, 2004.

HIRATA, Helena. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UIESP, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. São Paulo: USP, 2007.

LINDÔSO, Raquel Oliveira. **A inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho nordestino: uma análise sobre o município de Toritama-PE**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria. **Trabalho flexível e o novo informal**. Salvador, 2002.

LIRA, Sonia. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confeções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência**. In: *Revista de Geografia*. UFPE-DCG/NAPA, Recife, 2006.

PAIVA, R. D. S.; SÁ, M. G. de; SOUZA, D. C. de. **“A gente saiu da feira, mas a feira não saiu da gente”**: as disposições administrativas dos proprietários de lojas de um centro de compras no agreste pernambucano. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.33, n. 1, p. 32-58, jan./jul., 2018.

PEREIRA, Juliana Nunes. **Empreendedoras do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano/Brasil: um estudo sobre a implementação do Programa Empreendedor Individual e o trabalho faccionado das mulheres.** In: XVII Encontro Nacional de SIOT. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

ANEXO A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Fale sobre sua trajetória na confecção. Como e quando iniciou a atuar no negócio da confecção? Quais cargos ocupou?
- 2- Porque começou a trabalhar na confecção? Qual era a sua ocupação anteriormente?
- 3- O que levou você a criar seu próprio negócio?
- 4- Quantas pessoas trabalham no fabrico com você? Trabalham familiares? Eles têm carteira de trabalho assinada?
- 5- O fabrico é localizado na sua residência?
- 6- Que peças produz? Terceiriza parte da produção?
- 7- Quanto ao sustento da casa e da família, você é a única responsável ou divide essa responsabilidade com alguém?
- 8- Na sua opinião, quais são as dificuldades que uma mulher enfrenta na gestão de um fabrico?
- 9- Você percebe diferenças entre homens e mulheres na gestão de seus negócios na região? Se sim, quais?
- 10- Que conselho você daria a uma mulher que está iniciando seu próprio fabrico?
- 11- Além do trabalho realizado no seu negócio, é você a responsável pelas atividades domésticas da sua casa? Se não, quem é?

QUESTÕES PARA PERFIL

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Estudou até que série?
- 3- Tem filhos? Qual a idade deles? Com quem ficam para você trabalhar?
- 4- Tem CNPJ? Se sim, é Microempreendedor Individual (MEI)?
- 5- Caso tenha alguma dúvida posso ligar? Qual seu telefone?